

dispõe “que as unidades do Ministério Público, no âmbito de sua autonomia, priorizem o planejamento das questões institucionais, destacando as que, realmente, tenham repercussão social, devendo, para alcançar a efetividade de suas ações, redefinir as atribuições através de ato administrativo, ouvidos os Órgãos Competentes, e, também, que repensem as funções exercidas pelos membros da Instituição, permitindo, com isto, que estes, eventualmente, deixem de atuar em procedimentos sem relevância social, para, em razão da qualificação que possuem, direcionar, na plenitude de suas atribuições, a sua atuação na defesa dos interesses da sociedade”;

CONSIDERANDO, o interesse público de dotar a Instituição de estrutura adequada para atender as crescentes demandas sociais;

CONSIDERANDO, ainda, que o plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará estabelece, em sua base estratégica, seu objetivo específico na atuação funcional com ênfase na defesa dos direitos sociais fundamentais e, como visão de futuro da Instituição, tornar-se referência na articulação de políticas públicas, na qualidade de mediador de conflitos sociais; e

CONSIDERANDO, finalmente, a proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho Conflitos Agrários e Fundiários do Pará – GT Agrário, coordenado pelo Centro de Apoio Operacional Cível, e encampada pela Procuradoria-Geral de Justiça,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará em Questões Agrárias e Fundiárias, que consta em Anexo desta Resolução.

Art. 2º A Procuradoria-Geral de Justiça adotará as medidas administrativas necessárias à efetiva implantação do Plano ora aprovado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, em 7 de março de 2013.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

Procurador de Justiça

RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES

Procurador de Justiça

CLÁUDIO BEZERRA DE MELO

Procurador de Justiça

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador de Justiça

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procurador de Justiça

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Procurador de Justiça

ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

Procuradora de Justiça

MARIO NONATO FALANGOLA

Procurador de Justiça

MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA

Procuradora de Justiça

MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA

Procuradora de Justiça

TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

Procuradora de Justiça

ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

Procurador de Justiça

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO VELASCO DOS SANTOS

Procuradora de Justiça

MIGUEL RIBEIRO BAÍA

Procurador de Justiça

MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES

Procuradora de Justiça

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

Procuradora de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 005/2013-CPJ, DE 7 DE MARÇO DE 2013 ANEXO

PROJETO DE PLANO ESTRATÉGICO DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ EM QUESTÕES AGRÁRIAS E FUNDIÁRIAS BELÉM, 2013

PROponente:

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

Participantes da Elaboração do Projeto:

Integrantes do Grupo de Trabalho “Conflitos Agrários e Fundiários no Pará”

GT AGRÁRIO – PORTARIA Nº 1437/2010-MP/PGJ

ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO

DANYLLO POMPEU COLARES

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA

FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ

FREDERICO AUGUSTO DE MORAIS FREIRE

GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA

GRACE KANEMITSU PARENTE

GUILHERME CHAVES COELHO

HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO

IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA

ÍTALO COSTA DIAS

JANE CLEIDE SILVA SOUZA

JOSÉ GODOFREDO PIRES DOS SANTOS

LAÉRCIO GUILHERMINO DE ABREU

LÍLIAN REGINA FURTADO BRAGA

MANOEL ADILTON PERES DE OLIVEIRA

NADILSON PORTILHO GOMES

NEY TAPAJÓS FERREIRA FRANCO

RAMON FURTADO SANTOS

TÚLIO CHAVES NOVAES

VIVIANE VERAS DE PAULA

Técnicos que Assessoraram a Elaboração do Plano

TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – GRUPO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR

MARIA DO CARMO ANDION FARIAS – GRUPO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR

LAYSE GORETTI BASTOS BARBOSA – GRUPO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR

MARILÉA FERREIRA SANCHES – Assessora de Planejamento da PGJ

MARLY DANTAS NERY – Assessora Especializada

Centro de Apoio Operacional Cível

SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA – Promotora de Justiça (Coordenadora)

Equipe do Centro de Apoio Operacional Cível

CARLA FORTE CAVALCANTE – Assessora Especializada

MAÍRA BRILHANTE CORREA – Auxiliar Administrativo

ARY MOREIRA NETO (estagiário de direito)

CAIO BRITTO RIBEIRO (estagiário de direito)

RAMOM SILVA DA SILVA (estagiário de informática)

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de Plano Estratégico é fruto das atividades realizadas pelo “Grupo de Trabalho Conflitos Agrários e Fundiários no Pará – GT Agrário” (criado pela PORTARIA Nº 1437/2010-MP/PGJ), coordenado pelo Centro de Apoio Operacional Cível.

Dentre as finalidades do GT Agrário se incluem a análise, a discussão, o aprofundamento de temas referentes à atuação do MPE na mediação e resolução dos conflitos que decorrem da posse e do uso das áreas rurais no Estado do Pará e, ainda, subsidiar a formulação de política institucional na mediação e resolução dos conflitos agrários e fundiários no Estado do Pará (Artigo 2º da PORTARIA Nº 1437/2010-MP/PGJ).

Foi exatamente com enfoque neste último objetivo que os integrantes do GT Agrário envolveram esforços para a elaboração do presente projeto de Plano Estratégico – visando fornecer subsídios para a formulação de política institucional de atuação em questões agrárias e fundiárias – com abrangência para a atuação do Ministério Público em todo o Estado do Pará.

As atividades para a construção do Plano Estratégico, coordenadas pelo Centro de Apoio Operacional Cível, mobilizaram 21 (vinte e um) Promotores de Justiça: Ana Maria Magalhães de Carvalho;

Danyllo Pompeu Colares; Eliane Cristina Pinto Moreira; Francisca Suênia Fernandes de Sá; Frederico Augusto de Moraes Freire; Gerson Daniel Silva da Silveira; Grace Kanemitsu Parente; Guilherme Chaves Coelho; Herena Neves Maués Corrêa de Melo; Ione Missae da Silva Nakamura; Ítalo Costa Dias; Jane Cleide Silva Souza; José Godofredo Pires dos Santos; Laércio Guilhermino de Abreu; Lílian Regina Furtado Braga; Manoel Adilton Peres de Oliveira; Nadilson Portilho Gomes; Ney Tapajós Ferreira Franco; Ramon Furtado Santos; Tulio Chaves Novaes; Viviane Veras de Paula.

As primeiras reuniões ordinárias do GT Agrário foram palco de debates e apresentação de estudos sobre o cenário dos conflitos agrários e fundiários no Estado do Pará, tendo sido elencados os problemas e principais desafios enfrentados pelo Ministério Público nessas questões.

Nessa fase preliminar, visando enriquecer os debates, o Grupo contou com aulas do Professor Doutor Girolamo Domenico Treccani, do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA e, ainda, com a relevante contribuição dos conhecimentos e experiência da Dra. Wanda Luczynski, Procuradora de Justiça aposentada, que inclusive proferiu palestra sob o título: “Resgate Histórico da atuação do MP em conflitos fundiários, com enfoque no caso Carlos Medeiros” (em 30/03/2012).

Os debates do Grupo passaram a contar com a intermediação da assessoria de planejamento do Ministério Público (Mariléa Ferreira Sanches e Marly Dantas Nery) evoluindo, então, para o desenvolvimento do plano com o reconhecimento dos problemas prioritários a serem enfrentados, evidenciando o diagnóstico da área de atuação do plano.

O passo seguinte consistiu no levantamento, discussão e escolha das diretrizes e ações estratégicas. Com essas escolhas foi construída, pela equipe técnica que apoiou a elaboração do plano, a matriz de consistência (com base na ferramenta de planejamento estratégico denominada “balanced scorecard” – BSC), que teve o objetivo de realizar o alinhamento entre diretrizes estratégicas e ações estratégicas, elegendo-as em ordem de prioridade, para o estabelecimento do cronograma de execução das ações.

A partir desse momento, o GT partiu para a construção dos demais itens do plano, com vistas à conclusão do mesmo, definindo as atividades e projetos necessários para a concretização das ações estratégicas, com a indicação dos responsáveis e dos prazos para a execução, além de avaliar os resultados esperados com a implementação do plano.

Os integrantes do GT, nas 14 (quatorze) reuniões realizadas entre 11/11/2011 e 22/02/2013, demonstraram seu empenho, compromisso e dedicação, apresentando uma média de 50,47% de presença, sendo atingida a frequência máxima na reunião no dia 25/05/2012, com 76,16%, quando realizaram uma oficina intensiva de trabalho, em regime de imersão, no Hotel Sagres, fortalecendo as bases para a definição de diretrizes e ações estratégicas para o Plano.

A variável de presença no GT se deu principalmente pelas dificuldades das distâncias, pois o GT integra membros de todas as regiões administrativas do Estado do Pará, bem como pelo acúmulo de trabalho realizado nas promotorias de justiça, além da rotatividade dos Promotores de Justiça designados para atuar nas Promotorias Agrárias, em sua maioria até o momento ainda não titularizadas.

O sucesso deste grupo também foi atribuído ao uso de ferramentas de comunicação, como a rede mundial de computadores, que garantiu a interação dos membros do grupo, envio de documentos como atas e relatórios.

2 JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos o Estado do Pará foi e ainda é palco de conflitos agrários com base na disputa pela posse da terra, dos recursos florestais e minerais.

As áreas de fronteira agrícola, onde não há a efetiva presença das políticas de Estado e de Governo, que organizem a ocupação desses espaços, certamente contribuirão para a continuação desses conflitos agroambientais.

Os indicadores desses conflitos estarão ligados à abertura de estradas ilegais, à exploração ilegal de minérios e madeira, bem como à mobilização de famílias de agricultores em busca de terra